

# VENEZUELA

## REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Chefe de Estado e de Governo:	Hugo Chávez Frías
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	28,6 milhões
Esperança média de vida:	73,6 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	24/19 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	95,2 por cento

Os ataques, perseguições e intimidação de críticos do governo, incluindo jornalistas e defensores dos direitos humanos, eram generalizados. As pessoas que se opuseram às políticas do governo foram alvo de acusações sem fundamento. Foram criados mais tribunais especiais e procuradorias especializadas em violência baseada no género. Contudo, a implementação da lei para a erradicação da violência contra as mulheres de 2007 continuou a ser lenta.

### Antecedentes

Em Fevereiro, na sequência de um referendo, foi removido o limite para o número de mandatos presidenciais.

A tensão social aumentou. Entre Janeiro e Agosto registaram-se quase o dobro das manifestações realizadas durante todo o ano de 2008. Na origem dos protestos estiveram questões como o descontentamento com os direitos laborais e os serviços básicos, incluindo a nova lei de educação, contra a qual se opuseram o sector educativo privado e a oposição.

A Assembleia Nacional debateu a possibilidade de introduzir reformas legais para regular o uso e posse de armas ligeiras, incluindo a adopção de penas mais duras para a posse de armas. Segundo a Comissão de Segurança e Defesa da Assembleia Nacional, existiam entre 9 a 15 milhões de armas de fogo ilegais em circulação.

A reforma das Forças Armadas, em Outubro, incluiu a introdução de provisões legais autorizando a criação de milícias.

Dez agentes de polícia acusados criminalmente por envolvimento na tentativa de golpe de Estado de 2002 contra o presidente Chávez foram condenados em Abril a penas até aos 30 anos de prisão. Foram condenados por homicídio e lesões corporais graves contra manifestantes antigolpe de Estado, mas temia-se que existissem mais pessoas que cometeram actos de violência no contexto da tentativa de golpe de Estado que não foram trazidas perante a justiça.

### Defensores dos direitos humanos

Os defensores dos direitos humanos, as vítimas de violações dos direitos humanos ou os seus familiares que procuraram fazer justiça ou obter compensação continuaram a ser atacados, ameaçados e perseguidos pelas forças de segurança.

■ Em Agosto, dois homens dispararam contra José Luis Urbano, presidente da Fundação Pró-Defesa do Direito à Educação, uma ONG que trabalha para promover e defender o direito constitucional a uma educação gratuita para todos. Ele e outros membros da Fundação já tinham sido alvo de vários ataques e ameaças. Até ao final do ano, ninguém tinha sido

julgado por este ataque ou pelos disparos que deixaram José Luis Urbano gravemente ferido em 2007. Até ao final de 2009, ele, a sua família e outros membros da Fundação não tinham sido objecto de quaisquer medidas de protecção.

■ Em Outubro, Oscar Barrios foi morto a tiro na localidade de Guanayén, estado de Aragua, por dois homens armados vestidos com uniformes semelhantes aos usados por agentes de polícia. O ataque ocorreu após seis anos de perseguição e intimidação contra a família Barrios, que começaram quando eles denunciaram que Narciso Barrios tinha sido morto por agentes de polícia em 2003. Outros membros da família foram igualmente assassinados: Luis Barrios foi morto em 2004 e Rigoberto Barrios em 2005. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos apelou à Venezuela para tomar as medidas necessárias para garantir a vida e a segurança da família Barrios e para trazer perante a justiça os responsáveis pelas mortes.

■ Em Novembro, o defensor dos direitos humanos Mijail Martínez foi morto a tiro no estado de Lara. Estava a trabalhar com o Comité de Vítimas Contra a Impunidade do estado de Lara num documentário que relatava as histórias de pessoas que sofreram abusos dos direitos humanos às mãos de agentes de polícia. Até ao final do ano, ninguém tinha sido responsabilizado pelo homicídio, e a família da vítima não tinha recebido qualquer protecção.

### **Liberdade de expressão**

Jornalistas foram perseguidos, intimidados e ameaçados. Pelo menos 34 estações de rádio tiveram as suas licenças revogadas devido ao incumprimento dos regulamentos do sector das telecomunicações. Contudo, como notou em Agosto o Relator Especial da Comissão Interamericana dos Direitos do Homem para a Liberdade de Expressão, as afirmações públicas das autoridades em como estas rádio "brincavam com a destabilização da Venezuela", indicavam que o seu estatuto editorial poderá ter sido a verdadeira razão por detrás do seu encerramento.

Temia-se que uma proposta de lei visando criminalizar a disseminação nos meios de comunicação social de informações "falsas" e susceptíveis de "prejudicar os interesses do Estado" pudesse minar a liberdade de informação e de expressão. A lei estava a ser apreciada pela Assembleia Nacional no final do ano.

Em Agosto, os trabalhadores das instalações de Caracas do canal de televisão Globovisión foram atacados por homens armados. Foram lançadas granadas de gás lacrimogéneo e um dos seguranças do edifício foi espancado. A Globovisión era tida como crítica das políticas do governo. Em Janeiro, o Tribunal Interamericano dos Direitos do Homem ordenou ao governo que investigasse os relatos de intimidação e ataques verbais e físicos contra funcionários da Globovisión. Até ao final do ano não tinha sido iniciada qualquer investigação.

### **Repressão de dissidentes**

Membros de partidos políticos da oposição foram perseguidos, ameaçados e intimidados, incluindo através do recurso a falsas acusações criminais. Em várias ocasiões as forças de segurança recusaram intervir quando apoiantes do governo atacaram alegados opositores.

■ Em Janeiro, activistas pró-governamentais armados com barras de ferro, machetes e armas de fogo forçaram a entrada no centro cultural Fundación Ateneo, em Caracas. Os activistas protestavam contra a decisão do centro de organizar um seminário para assinalar o aniversário da criação do movimento Bandera Roja, um partido de esquerda que se opõe ao governo. A polícia não interveio.

■ Em Setembro, Julio César Rivas, estudante e líder da Juventude Activa da Venezuela Unida, foi detido e acusado de "organizar grupos armados". Esteve mais de duas semanas

preso numa cadeia de alta segurança antes de ser libertado sob fiança. Julio César Rivas tinha protestado em Valencia contra a nova lei de educação. O seu julgamento ainda não tinha começado no final do ano.

■ Em Agosto, Richard Blanco, presidente da câmara de Caracas e presidente da Aliança Bravo Povo, da oposição, foi detido juntamente com 11 funcionários públicos. Protestavam contra a nova lei da educação, que entrou em vigor em Agosto. Em Outubro, os 11 funcionários públicos foram libertados e ficaram a aguardar julgamento. Apesar da falta de provas credíveis contra ele, Richard Blanco continuava preso no final do ano, a aguardar julgamento sob a acusação de incitamento à violência resultante em ferimentos num agente de polícia.

### **Violência contra mulheres e raparigas**

Os progressos na investigação e julgamento de casos de violência doméstica continuaram a ser lentos. Foram criados mais tribunais e procuradorias especializadas em violência baseada no género. Contudo, continuavam a ser insuficientes para lidar com o elevado número de casos. O Gabinete do Procurador do Ministério Público de Caracas afirmou ter recebido mais de 12 mil queixas entre Janeiro e Agosto, e apenas ter capacidade para investigar metade.